



Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano X - Nº 2367 Segunda-feira 22 de Novembro de 2010.

Poder Executivo

Lei

LEI Nº 6.527, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre o parcelamento de débitos oriundos do Processo Administrativo Previdenciário – PAP Nº 291/2009, homologado pelo DESPACHO-DECISÓRIO – DD MPS/SPS/DRPSP/CGAAI nº 092/2010 devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento dos débitos oriundos do Processo Administrativo Previdenciário – PAP Nº 291/2009, homologado pelo DESPACHO-DECISÓRIO – DD MPS/SPS/DRPSP/CGAAI nº 092/2010 devidos e não repassados pelo município ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, considerando os valores devidos a título de acréscimos legais, parte patronal, não repassados ao IMPRO, por ocasião do recolhimento das Contribuições efetuadas em atraso.

Art. 2º Fica autorizado o parcelamento dos débitos oriundos do Processo Administrativo Previdenciário – PAP Nº 291/2009, homologado pelo DESPACHO-DECISÓRIO – DD MPS/SPS/DRPSP/CGAAI nº 092/2010 devidos e não repassados pelo município ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, concernente ao excesso de gastos com despesas administrativas, superiores ao limite legal de 2%, nos exercícios de 2004 e 2006.

Art. 3º Para apuração do montante devido, os valores originais serão atualizados pelo IPCA e acrescido de juros legais de 6% (seis por cento) ao ano, acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

Art. 4º As parcelas vincendas e vencidas serão atualizadas pelo IPCA acrescido de juros legais de 6% (seis por cento) ao ano, acumulados desde a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento até o mês do efetivo pagamento.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 6.508, de 23 de setembro de 2010.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 08 de novembro de 2010; 95ª da Fundação e
56ª da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

MILTON GOMES DA COSTA
Secretário Municipal de Governo

LEI Nº 6.528, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a criação do Conselho Gestor do Telecentros Comunitários do Município de Rondonópolis - MT e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica criado o CGTC - Conselho Gestor dos Telecentros Comunitários do Município de Rondonópolis - MT, como um órgão fiscalizador com a função de acompanhar e observar as atividades realizadas e sugerir melhorias na organização e utilização das referidas unidades.

Parágrafo único O CGTC está vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social.

Art. 2º Os Telecentros Comunitários são espaços públicos providos de computadores conectados à Internet em banda larga, onde são realizadas atividades, por meio do uso das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), com o objetivo de promover a inclusão digital e social das comunidades atendidas.

CAPÍTULO II

DA ATUAÇÃO DO CONSELHO GESTOR

SEÇÃO I

ATRIBUIÇÕES

Art. 3º O Conselho Gestor tem por obrigações básicas:

I - realizar a gestão dos Telecentros;

II - guiar todo o processo de implantação dos Telecentros e, em longo prazo, assegurar seu contínuo funcionamento;

Expediente

PREFEITO MUNICIPAL _____ JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAUJO
Vice-Prefeita _____ Marília Salles
Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social _____ Neuma de Moraes
Secretaria Municipal de Administração _____ Gerson Araujo de Oliveira
Secretaria Municipal de Agricultura e Pec. _____ Valdir Correa
Secretaria Municipal de Desenv. Econ. _____ Valdemir Castilho Soares
Secretaria Municipal de Educação _____ Marilda Soares Rufino
Secretaria Municipal Esporte, Cultura e Lazer _____ Susan Meire Moretti Binha
Secretaria Municipal de Finanças _____ Adão Nunes
Secretaria Municipal de Governo _____ Milton Gomes da Costa
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Urbanismo _____ Ronaldo Sندی Iticava Uramoto
Secretaria Municipal de Meio Ambiente _____ Lindomar Alves da Silva
Secretaria Municipal de Planejamento _____ Antonio Augusto Miranda
Secretaria Municipal de Receita _____ Regina Celi Marques Ribeiro
Secretaria Municipal de Saúde _____ Valdecir Feltrin
Secretaria Municipal Transporte, Transito e Desenv. Urbano _____ Rodrigo Lugli
Procuradoria Geral do Município _____ Efraim Alves dos Santos
CODER Cia Desenvolvimento Rondonopolis _____ Darci Lovato
Diário Oficial do Município _____ Anna Clara Quintana
IMPRO _____ Josemar Ramiro e Silva
SANEAR _____ Terezinha Silva Souza
ServSaúde _____ Vilmondes Aprigio da Silva Luz

DIORONDON

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensas Oficiais
Impressão, Distribuição e Assinatura
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526
Vila Aurora - fone (66) 411-5285
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2ª a 6ª das 12 as 18h
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000
Órgão de Responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo: Milton Gomes da Costa
Diário Oficial: Anna Clara Quintana
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br
E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

Tabela de Preços do Diorondon

Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município (via correio)	R\$160,00
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65		
Assinatura Semestral retirada no balcão	R\$ 50,00	Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros por centímetro linear de coluna	R\$ 1,20

SEÇÃO V

COMPOSIÇÃO

Art. 8º O CGTC, será composto por 05 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes de acordo com os critérios seguintes:

I - 02 (dois) representantes do Governo, sendo um ligado ao Gabinete do Prefeito e outro, à Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, ambos, indicados pelo Prefeito Municipal;

II - 03 (três) representantes da sociedade civil, organização, dentre representantes das entidades e organizações sociais legalmente registradas, escolhidos e indicados pelas próprias entidades.

§2º A composição da nominativa dos membros efetivos e suplentes do Conselho gestor será oficializada mediante Decreto publicado a ser baixado pelo Prefeito Municipal.

Art. 9º O mandato dos conselheiros será de 01(um) ano facultada apenas uma recondução, sendo o seu exercício de interesse público relevante, não remunerado.

§1º Os membros efetivos do Conselho Gestor serão substituídos em suas funções, por motivos de falta injustificada a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 alternadas, no período de 1 (um) ano.

§2º Os membros do Conselho Gestor poderão ainda ser substituídos mediante solicitação com justificativa do dirigente da entidade que o representa.

SEÇÃO VI

ESTRUTURA

Art. 10 A diretoria do Conselho Gestor será obrigatoriamente eleita entre os seus membros e nomeada por Decreto Municipal.

Art. 11 O Conselho Gestor terá seu funcionamento regulado por um Regimento Interno próprio, o qual obedecerá à seguinte estrutura:

I - plenário;

II - presidente;

III - vice-presidente;

IV - secretária;

V - vice-secretária.

Art. 12 O plenário é constituído da totalidade dos membros do Conselho Gestor, é o órgão deliberativo sobre as matérias de competência ao Conselho.

Art. 13 As atribuições do Presidente do Conselho Gestor são:

I - cumprir e zelar pelo cumprimento das deliberações do Plenário;

II - representar externamente o Conselho Gestor;

III - convocar, presidir e coordenar as reuniões do Plenário;

IV - preparar juntamente com o Secretário a ordem do dia e submetê-la à apresentação do Plenário;

V - fazer cumprir o Regimento Interno;

VI - expedir os atos decorrentes das deliberações do Conselho, encaminhando-os a quem de direito;

VII - delegar competências desde que previamente submetidas à aprovação do Plenário;

VIII - decidir sobre as questões de ordem;

IX - convocar reuniões extraordinárias quando necessário;

X - propor grupos de trabalho e cobrar apresentação de resultados nos prazos estabelecidos.

Art. 14 Ao Vice-Presidente do Conselho Gestor compete substituir e auxiliar o Presidente no cumprimento das suas atribuições.

Art. 15 São atribuições da Secretaria do Conselho Gestor:

I - organizar, juntamente com o Presidente do Conselho, as agendas de trabalho do Plenário;

II - responsabilizar-se pelo funcionamento administrativo do Conselho;

III - secretariar as reuniões, lavrar atas e proferir a todos os registros relativos ao funcionamento do Conselho;

IV - distribuir aos Conselheiros, projetos, programas, serviços, processos, indicações, moções e expedientes diversos submetidos ao Conselho;

V - preparar e encaminhar aos órgãos competentes as publicações deliberadas pelo Conselho;

VI - responsabilizar-se pelo expediente do Conselho;

VII - assinar todos os expedientes da Secretaria e outros assemelhados quando delegados pelo Presidente;

III - ajudar na gestão e fiscalização dos Telecentros;

IV - organizar o uso dos Telecentros pela comunidade;

V - assegurar que todas as atividades oferecidas pelos Telecentros sejam abertas para qualquer pessoa da comunidade sem a necessidade de ser sócio ou filiado a partidos políticos, associações, entidades ou organizações de caráter associativo, religioso, de defesa de direitos, etc.;

VI - assegurar que o uso dos equipamentos dos Telecentros seja de livre acesso da comunidade, sem nenhuma restrição, desde que garantidos horário e espaço para todas as atividades decididas pelo Conselho Gestor; e a manutenção e utilização dos equipamentos;

VII - organizar a distribuição e a recepção de inscrições para as atividades oferecidas pelos Telecentros;

VIII - organizar os cursos, horários e forma de atendimento dos inscritos para este fim;

IX - coibir o desperdício e limitar o número de impressões por usuário;

X - regulamentar o uso dos equipamentos dos Telecentros;

XI - realizar reuniões mensais ordinárias para avaliar o funcionamento dos Telecentros, bem como receber sugestões e solicitações dos usuários.

XII - formular as diretrizes e metas da Política Municipal de Inclusão Digital;

XIII - estimular a implementação da Política de Inclusão Digital nas unidades públicas municipais;

XIV - analisar e deliberar sobre o atendimento a sugestões, demandas e propostas encaminhadas pelos municípios.

SEÇÃO II

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE INCLUSÃO DIGITAL

Art. 4º São princípios da Política Municipal de Inclusão Digital:

I - gratuidade e universalidade do acesso;

II - participação social no planejamento, implementação, gestão, avaliação e fiscalização das atividades;

III - incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento, constantes de novos mecanismos de acessibilidade;

IV - descentralização dos programas, projetos e equipamentos, garantindo prioridade às áreas com maior índice de exclusão social do Município;

V - disseminação da cultura de inclusão digital em toda a administração pública.

SEÇÃO III

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 5º Os Telecentros Comunitários reger-se-ão pelos seguintes princípios:

I - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e o direito ao acesso ao programa de inclusão digital;

II - igualdade de direitos no acesso à inclusão digital, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se a equivalência entre as populações urbanas e rurais;

Art. 6º A organização do Telecentro tem como base as seguintes diretrizes:

I - participação da comunidade no acesso à inclusão digital e no controle das atividades em todos os níveis;

II - desenvolvimento social e econômico da comunidade;

III - aprimoramento da relação entre o cidadão e o poder público, para a construção da cidade digital e ativa;

IV - redução da exclusão social e digital, criando oportunidades aos cidadãos;

V - capacitação e inserção da população na sociedade;

SEÇÃO IV

FUNCIONAMENTO

Art. 7º O CGTC deve reunir membros da comunidade, do poder público, do corpo docente municipal das associações de moradores, enfim, deve reunir os cidadãos em torno da proposta de usar a inclusão digital para promover a inserção social da população.

VIII - comunicar à entidade a ausência do conselheiro que completar 03 faltas consecutivas não justificadas, ou 05 intercaladas, também não justificadas, no período de um ano;

IX - executar outras competências que lhe sejam atribuídas pelo Presidente do Conselho ou pelo plenário.

Art. 16 As reuniões somente poderão ser realizadas com a presença da maioria absoluta de seus membros em primeira convocação ou com maioria simples em segunda convocação.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17 A instalação o CGTC, em sua primeira gestão, dar-se-á com a publicação dos nomes de seus integrantes no órgão de imprensa oficial do Município e sua respectiva posse.

Art. 18 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 12 de novembro de 2010; 95º da Fundação
e 56º da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

MILTON GOMES DA COSTA

Secretário Municipal de Governo

LEI Nº 6.529, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS no Município de Rondonópolis, institui o Conselho Gestor do FMHIS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, em observância ao inciso V do art. 30 da Constituição Federal...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU
E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

CAPÍTULO I

Do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Seção I

Objetivos e Fontes

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementação de políticas habitacionais e urbanísticas direcionadas à população de menor renda.

Art. 2º O FMHIS é constituído por:

I – dotações do Orçamento Geral do Município, classificadas na função de habitação;

II – outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FMHIS;

III – recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;

IV – contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;

V – receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FMHIS;

VI – outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

Seção II

Da destinação dos Recursos

Art. 3º As aplicações dos recursos do FMHIS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

I - viabilizar e promover o acesso à habitação, com prioridade para a população de baixa renda, implantando inclusive, políticas de subsídios;

II - aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;

III - aquisição de áreas de terra destinadas aos programas de habitação de interesse social, inclusive em procedimentos expropriatórios;

IV - compra de material de construção para edificação ou reforma de moradia própria e obras complementares e/ou auxiliares;

V - financiamentos de imóveis para moradia própria;

VI - contratação ou execução de obras e/ou serviços necessários ao desenvolvimento de programas habitacionais;

VII - projetos de habitação popular de entidades comunitárias regularmente constituídas;

VIII - construção de unidades habitacionais populares, urbanização de favelas, urbanização em núcleos de sub-habitação e baixa renda e regulamentação fundiária;

IX - convênios com Associações de Moradores, associações civis filantrópicas e sem fins lucrativos, universidades, entidades de classe, cooperativas destinadas à execução e desenvolvimento de projetos.

Parágrafo único As diretrizes e critérios previstos neste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal n.º 11.124, de 16 de junho de 2005, nos casos em que o FMHIS vier a receber recursos federais.

Art. 5º Poderão ser beneficiários dos programas financiados com recursos do FMHIS, pessoas físicas ou famílias residentes no Município, que não detenham imóvel residencial localizado neste Município e nenhum financiamento junto ao Sistema Financeiro de Habitação, e que possuam laudo de viabilidade econômica emitido pelo Serviço Social do Município.

Art. 6º Os beneficiários dos financiamentos mencionados no artigo anterior serão atendidos obedecida à seguinte distribuição:

I - no mínimo 65% (sessenta e cinco por cento) serão destinados ao atendimento de famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos;

II - os recursos remanescentes serão destinados ao atendimento de famílias com renda entre 03 (três) e 10 (dez) salários mínimos.

CAPÍTULO II

Do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação

Seção I

Atribuições

Art. 7º O FMHIS será gerido por um Conselho-Gestor.

Art. 8º O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador, que terá competência de:

I - aprovar as diretrizes, estratégias e instrumentos, bem como fixar as prioridades para a aplicação e desenvolvimento de políticas públicas de habitação;

II - estabelecer as normas de alocação de recursos, dispondo sobre a aplicação de suas disponibilidades;

III - aprovar as condições de concessão de empréstimos, financiamentos e respectivos retornos, seguros obrigatórios e recursos do FMHIS;

IV - acompanhar, avaliar e modificar, quando for o caso, as diretrizes e condições operacionais da política municipal de habitação, estabelecendo os instrumentos para seu controle e fiscalização;

V - propor projetos de Lei relativos à habitação, ao uso do solo urbano e às obras complementares de saneamento, infra-estrutura e equipamentos urbanos relacionados à habitação;

VI - determinar as garantias a serem exigidas dos tomadores de empréstimos, de forma a assegurar a liquidez dos pagamentos, bem como designar o detentor do risco de crédito e suas responsabilidades perante o FMHIS;

VII - estabelecer normas para registro e controle das operações com recursos do FMHIS;

VIII - deliberar sobre o gerenciamento dos recursos do FMHIS.

XI - constituir grupos técnicos, comissões especiais, temporárias ou permanentes, quando julgar necessário para o desempenho de suas funções;

XII - articular, compatibilizar e fiscalizar as tomadas de providências, apoiando a ação das entidades e órgãos que atuam no setor de habitação

Seção II

Objetivos, Princípios e Diretrizes

Art. 9º O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social terá como objetivos:

I - o acompanhamento, controle e avaliação da política municipal da habitação;

II - a viabilização e promoção do acesso à habitação, com prioridade para a população de baixa renda, implementando, inclusive, política de subsídios;

Art. 10 A estruturação, organização e atuação do Conselho Gestor do FMHIS deverá observar os seguintes princípios e diretrizes:

I - prioridade para programas e projetos habitacionais que contemplem a melhoria da qualidade de vida da população de menor renda e que contribuam para a geração de empregos;

II - integração dos projetos habitacionais com os investimentos em saneamento, infraestrutura urbana e equipamentos urbanos relacionados à habitação;

III - implantação de políticas de acesso à terra urbana necessárias aos programas habitacionais, de acordo com o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade;

IV - incentivo ao aproveitamento das áreas não urbanizadas ou subutilizadas existentes na malha urbana;

V - democratização e publicidade dos procedimentos e processos decisórios, como forma de permitir o acompanhamento pela sociedade de suas ações;

VI - compatibilização das intervenções federais, estaduais e municipais no setor habitacional;

VII - emprego de formas alternativas de produção e acesso à moradia, por meio de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico;

VIII - atuação direcionada a coibir as formas de especulação imobiliária urbana;

IX - economia de meios e racionalização de recursos;

X - adoção de regras estáveis simples e concisas, bem como de mecanismos adequados de acompanhamento e controle do desempenho dos programas habitacionais.

Art. 11 O Conselho Gestor do FMHIS deverá adotar os seguintes critérios no que se refere à política de subsídios:

I - concessão de subsídios para assegurar habitação aos pretendentes com renda mensal familiar, conforme estabelecido nos artigos 5º e 6º desta Lei;

II - concessão de subsídios de forma inversamente proporcional à renda familiar e diretamente proporcional ao número de componentes da família.

Seção III

Da composição e do funcionamento

Art. 12 O Conselho Gestor do FMHIS terá a seguinte composição:

I - o Secretário Municipal de Promoção e Assistência Social, que exercerá a presidência;

II - o Secretário Municipal de Finanças, que exercerá a vice-presidência;

III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

IV - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

V - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Infra-estrutura;

VI - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Trânsito;

VII - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento;

VIII - 1 (um) representante da Câmara Municipal de Rondonópolis;

IX - 1 (um) representante da URAMB;

X - 1 (um) representante do Lions Clube;

XI - 1 (um) representante de instituição financiadora de projetos habitacionais de interesse social;

XII - 1 (um) representante das Cáritas Diocesanas;

XIII - 1 (um) representante da UNISAL;

XIV - 1 (um) representante do Rotary Clube.

§1º Cada entidade ou órgão com representação no Conselho indicará um titular e um suplente.

§2º O mandato dos conselheiros será de 01 (um) ano, permitida a recondução por igual período.

Art. 13 O conselho reunir-se-á, ordinariamente a cada bimestre e, extraordinariamente, na forma que dispuser o Regimento Interno.

§ 1º A convocação será feita por escrito, com antecedência mínima de 8 (oito) dias para as reuniões ordinárias e de 24 (vinte e quatro) horas para as reuniões extraordinárias.

§ 2º As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples de seus membros presentes, tendo o Presidente o voto de qualidade.

Art. 14 Competirá à Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências, inclusive no que concerne à sua secretaria executiva.

Art. 15 Para o seu pleno funcionamento o conselho fica autorizado a utilizar os serviços infra-estruturais das unidades administrativas do Poder Executivo.

Art. 16 Os membros representantes, titulares e suplentes, deverão ser indicados expressamente, mediante correspondência específica, dirigida à secretaria executiva do Conselho Gestor do FMHIS, para efetuar a posse.

§ 1º A substituição dos membros titulares ou suplentes dar-se-á nos termos do "caput" deste artigo.

§ 2º No caso de afastamento temporário ou dedutivo de um dos membros titulares assumirá o suplente, que terá direito a voto.

§ 3º Os membros suplentes, quando presentes às reuniões do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação, terão assegurado o direito de voz, mesmo na presença do titular.

Art. 17 Os conselheiros, sempre que entenderem necessário terão acesso ao Cadastro do Patrimônio Imobiliário do Município.

CAPÍTULO III

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 18 O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação será instalado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação desta Lei.

Art. 19 O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação deverá aprovar o seu regimento interno no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da sua instalação.

Art. 20 No caso de extinção do FMHIS, a lei que o extinguir dará destinação ao seu patrimônio e respeitados serão os compromissos e garantias já assumidos.

Art. 21 As normas operacionais e complementares referentes ao FMHIS serão definidas em regulamento próprio, mediante decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 22 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 18 de novembro de 2010; 95º da Fundação
e 56º da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON

MILTON GOMES DA COSTA
Secretário Municipal de Governo

LEI Nº 6.530, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre autorização Legislativa para DESAFETAR uma área de terras com 10.000,00 m² = um hectare, parte da Estância Topjian 13, denominada como "Lote 13 A", localizada na margem direita do Anel Viário sentido BR 364 – MT 130, zona urbana desta cidade, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU
E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar DESAFETAÇÃO de uma área de terras com 10.000,00 m² = Um hectare, sendo parte da Estância Topjian 13, denominada como "Lote 13 A", Matrícula n.º 82.270/2008, localizada na margem direita do Anel Viário sentido BR 364 – MT 130, zona urbana de Rondonópolis, com os seguintes limites e confrontações:

I – LIMITES:

- Norte: para a Rua Projetada que separa a faixa de domínio do Anel Viário.
- Sul: para o lote 13B remanescente.
- Leste: para o lote 13B remanescente.
- Oeste: Terras da Estância ESA.

II – ROTEIRO: Inicia-se no marco 1A, cravado na divisa do lote 13B remanescente e a Rua Projetada que a separa da faixa de domínio do Anel Viário. Deste segue pela Rua Projetada com rumo magnético de 61°25'41" SW e com 50,00 metros chega-se ao marco 02, cravado na divisa de terras da Estância ESA. Do marco 02, segue pela divisa da Estância ESA com rumo magnético de 38°56'58" SE e com 207,84 metros o marco 2A. Do marco 2º deflete a esquerda com rumo de 51°03'02" NE e com 49,18 metros. Finalmente o nosso roteiro é encerrado do marco 2B ao marco 1º de partida com rumo magnético de 28°56'58" NW e com uma distância de 198,83 metros, dividindo entre os marcos 2A, 2B e 1A de origem com lote 13B remanescente da mesma matrícula.

Art. 2º A área objeto desta desafetação destinar-se-á a efetivação de um desmembramento/remembramento junto ao Primeiro Tabelionato e Registro de Imóveis.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 18 de novembro de 2010; 95ª da Fundação e
56ª da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON

MILTON GOMES DA COSTA
Secretário Municipal de Governo

LEI Nº 6.531, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a autorização Legislativa para DESAFETAÇÃO de uma área de terreno para construção, com 907,00 m², caracterizada como Quadra nº 36 – A, localizado no Loteamento Monte Líbano, zona urbana de Rondonópolis.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU
E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a DESAFETAR uma área de terreno para construção, com 907,00 m² caracterizada como Quadra nº 36 – A, localizada no Loteamento "Monte Líbano", com os seguintes limites e confrontações:

**I – ÁREA com 907,00 m² - QUADRA 36-A
MATRÍCULA Nº 81.669, DE 31 DE MARÇO DE 2008.**

FRENTE para a Avenida Castro Alves, medindo 25,00 metros.
LADO DIREITO para o Condomínio Residencial Ecoville, medindo 65,65 metros.
LADO ESQUERDO para Rua 13 de Maio, medindo 63,00 metros.
FUNDOS irregular para o lote nº 03, da quadra nº 05, Kamal Jumblat, medindo 4,00 metros.

Art. 2º A área mencionada no artigo anterior, destinar-se-á a Regularização Fundiária.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 18 de novembro de 2010; 95ª da Fundação e
56ª da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON

MILTON GOMES DA COSTA
Secretário Municipal de Governo

Decreto

DECRETO Nº 6.064 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010.

Declaram HÓSPEDES OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO o Governador do Rotary Internacional do Distrito 4.440, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados HÓSPEDES OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO o, Governador do Rotary Internacional do Distrito 4.440 - Sr. SERAFIM CARVALHO MELO e sua esposa SÔNIA GARCIA MELO, no período de 21 a 26 de novembro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 16 de novembro de 2010; 95ª da Fundação
e 56ª da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado
no DIORONDON.

MILTON GOMES DA COSTA
Secretário Municipal de Governo

DECRETO Nº 6.065 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre abertura de **CRÉDITO SUPLEMENTAR**, no valor de R\$ 2.244.018,56 (Dois milhões duzentos e quarenta e quatro mil dezoito reais e cinquenta e seis centavos) e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente através da Lei N.º 6.433 de 29/07/2010...

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no exercício financeiro vigente **CRÉDITO SUPLEMENTAR** no valor de R\$ 2.244.018,56 (Dois milhões duzentos e quarenta e quatro mil dezoito reais e cinquenta e seis centavos) para reforço das seguintes dotações orçamentárias e respectivas fontes de recursos:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis**01 – Secretaria Municipal de Governo**

04.122.2010.2011.011 – Manutenção da Secretaria		
33.90.30.00.00 – 1 – Material de Consumo.....	R\$	10.000,00
33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.J.....	R\$	20.000,00

03 – Secretaria Municipal de Finanças

28.843.2030.9031.031 – Juros e Encargos com a Dívida Contratada		
32.90.21.00.00 – 1 – Juros Sobre a Dívida por Contrato.....	R\$	900.000,00

28.841.2030.9033.033 – Amortização e Financiamento do PRODURB		
---	--	--

46.90.71.00.00 – 1 – Principal da Dívida Contratual.....	R\$	40.000,00
--	-----	-----------

06 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito

04.122.2100.2093.093 – Manutenção da Secretaria		
33.90.14.00.00 – 1 – Diárias - Civil.....	R\$	2.000,00

14 – Fundo Municipal de Saúde

10.302.2235.2421.421 – Manutenção e Conservação do Centro de Especialidades de Apoio e Diagnóstico Albert Sabin - Ceadas		
33.90.39.00.00 – 201 – Outros Serviços de Terceiros – P.J.....	R\$	18.918,56

15 – Secretaria Municipal de Administração

04.122.2270.2126.126 – Manutenção da Secretaria		
33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.J.....	R\$	153.100,00

04.122.2270.2128.128 – Encargos com Tarifa de Energia	
33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.J.	R\$ 1.100.000,00
TOTAL	R\$ 2.244.018,56

Art. 2º Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes da ANULAÇÃO PARCIAL das seguintes dotações orçamentárias e respectivas fontes de recursos:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis	
01 – Secretaria Municipal de Governo	
04.122.2010.2011.011 – Manutenção da Secretaria	
33.90.92.00.00 – 1 – Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 30.000,00
17 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo	
17.512.2300.1095.095 – Construção de Galerias de Água Pluvial e Serviços Complementares	
44.90.51.00.00 – 301 – Obras e Instalações	R\$ 2.193.100,00
15.451.2300.1464.464 – Duplicação da BR 364/163 – Perímetro Urbano	
44.90.51.00.00 – 301 – Obras e Instalações	R\$ 18.918,56
04.122.2310.2178.178 – Manutenção da Secretaria	
33.90.14.00.00 – 1 – Diárias - Civil	R\$ 2.000,00
TOTAL	R\$ 2.244.018,56

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 19 de Novembro de 2010; 95º da Fundação e 56º da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

MILTON GOMES DA COSTA
Secretário Municipal de Governo

DECRETO Nº 6.066 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2010.

Declaram HÓSPEDES OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO o Governador do Distrito LB-4 da Associação Internacional de Lions Clubs, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados HÓSPEDES OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO o Governador do Distrito LB-4 da Associação Internacional de Lions Clubs - Sr. EVANIR MANO TORMES e sua esposa SILVANA TORMES, no período de 25 a 27 de novembro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 19 de novembro de 2010; 95º da Fundação e 56º da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado no DIORONDON.

MILTON GOMES DA COSTA
Secretário Municipal de Governo

Portaria



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES DE RONDONÓPOLIS-MT

IMPRO

PORTARIA Nº 800 - DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010.

RETIFICA A PORTARIA Nº 295, DE 05/04/2007 QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ A SERVIDORA: MARTA DE SOUSA RESENDE.

JOSEMAR RAMIRO E SILVA, Diretor Executivo - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Rondonópolis - IMPRO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 76 da Lei 4.614 de 25/08/2005, publicada no Diário Oficial de Rondonópolis - DIORONDON aos 31/08/2005, e ...

CONSIDERANDO a disposição legal do artigo 71, inciso III da Constituição Federal de 1988; artigo 47, inciso III da Constituição do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO o Decreto do Executivo Municipal nº 5.645, de 04/11/2009, que estabelece a atualização do enquadramento funcional da Servidora Sra. **MARTA DE SOUSA RESENDE**, matrícula nº 008972-9, de acordo com a Lei Municipal nº 3.247/2000 e atualizações;

CONSIDERANDO a Portaria do Impro de nº 726, de 24/09/2010, que trata da regulamentação da regularização dos processos de aposentadoria e pensões mantidos pelo Impro e Pela Prefeitura de Rondonópolis e que sofreram modificações de classificação funcional a tempo de acordo com a Lei Municipal nº 3.247/2000.

CONSIDERANDO o Decreto de nº 5.013, de 12/05/2008 alterado pelo Decreto nº 5.030, de 20/05/2008, que regulamenta a transferência dos aposentados e pensionistas da Prefeitura de Rondonópolis e mantém o seu custeio de acordo com artigo 101 da Lei Municipal nº 4.614, de 25/08/2005;

RESOLVE:

Artigo 1º - alterar o artigo 1º da Portaria nº 295, de 05/04/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º - Conceder, via processo de nº 189/2007, benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, COM PROVENTO PELA INTEGRALIDADE DA MÉDIA, em forma definitiva, com efeitos a partir de 12/03/2007, a Sra. **MARTA DE SOUSA RESENDE**, portadora do RG nº 1.199.292-87 SSP/SP, CPF/MF de nº 208.279.461-04, matrícula nº 008972-9, efetiva no cargo de Docente do Ensino Fundamental, Carga Horária 30 horas, referência "E", nível "N.B30", classe "E", nomeada através da Portaria nº 3.812, de 08 de maio de 1997, lotada na Secretaria Municipal de Educação;"

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 12/03/2007, ratificando os demais termos da Portaria nº 295, de 05/04/2007, que não foram alterados por este instrumento;

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Rondonópolis - MT, 18 de novembro de 2010.

JOSEMAR RAMIRO E SILVA
Diretor Executivo

Edson Wander Pinha da Silva
Gerente de Benefícios Previdenciários

Lindinalva Ramos da Silva
Gerente de Administração e Finanças

Registrada neste Instituto e publicada por afixação no lugar público de costume e no Diário Oficial do Município, na data supra



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES DE RONDONÓPOLIS-MT

PORTARIA Nº 801 - DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010.

RETIFICA A PORTARIA Nº 297, DE 05/04/2007 QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR IDADE A SERVIDORA: MARGARIDA LOPES SOBRINHO.

JOSEMAR RAMIRO E SILVA, Diretor Executivo - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Rondonópolis - IMPRO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 76 da Lei 4.614 de 25/08/2005, publicada no Diário Oficial de Rondonópolis - DIORONDON aos 31/08/2005, e...

CONSIDERANDO a disposição legal do artigo 71, inciso III da Constituição Federal de 1988; artigo 47, inciso III da Constituição do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO o Decreto do Executivo Municipal nº 5.645, de 04/11/2009, que estabelece a atualização do enquadramento funcional da Servidora Sra. **MARGARIDA LOPES SOBRINHO**, matrícula nº 89044-1, de acordo com a Lei Municipal nº 3.247/2000 e atualizações;

CONSIDERANDO a Portaria do Impo de nº 726, de 24/09/2010, que trata da regulamentação da regularização dos processos de aposentadoria e pensões mantidos pelo Impo e Pela Prefeitura de Rondonópolis e que sofreram modificações de classificação funcional a tempo de acordo com a Lei Municipal nº 3.247/2000.

CONSIDERANDO o Decreto de nº 5.013, de 12/05/2008 alterado pelo Decreto nº 5.030, de 20/05/2008, que regulamenta a transferência dos aposentados e pensionistas da Prefeitura de Rondonópolis e mantém o seu custeio de acordo com artigo 101 da Lei Municipal nº 4.614, de 25/08/2005;

RESOLVE:

Artigo 1º - alterar o artigo 1º da Portaria nº 297, de 05/04/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º - Conceder benefício de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE, COM PROVENTO PROPORCIONAL, em forma definitiva, com efeitos a partir de 01/04/2007, a Sra. **MARGARIDA LOPES SOBRINHO**, portadora do RG nº 893.045 SSP/MT, CPF/MF de nº 667.142.061-00, Título de Eleitor nº 000972231813, zona 45, seção 0016, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Diversos, referência "E", nível "I-E", classe "A", anexo "B"; matrícula nº 89044-1, nomeada através da Portaria nº 3.711, de 07 de março de 1997, lotada na Secretaria Municipal de Educação;"

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/04/2007, ratificando os demais termos da Portaria nº 297, de 05/04/2007, que não foram alterados por este instrumento;

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Rondonópolis - MT, 18 de novembro de 2010.

JOSEMAR RAMIRO E SILVA
Diretor Executivo

Edson Wander Pina da Silva
Gerente de Benefícios Previdenciários

Lindinalva Alves da Silva
Gerente de Administração e Finanças

Registrada neste Instituto e publicada por afixação no lugar público de costume e no Diário Oficial do Município, na data supra



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES DE RONDONÓPOLIS-MT

PORTARIA Nº 802/2010, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO SALÁRIO-MATERNIDADE.

JOSEMAR RAMIRO E SILVA, Diretor Executivo - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Rondonópolis - IMPRO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 4.614 de 25/08/2005, publicada no Diário Oficial de Rondonópolis - DIORONDON aos 31/08/2005,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder o benefício de salário-maternidade, as servidoras abaixo relacionadas, com os direitos a elas inerentes:

Processo	Nome/Secretaria	Matrícula	Período	Termo
777/2010	Joelma de Lima Salazar Miguel- Farmacêutico 40 hs - Secretaria Municipal de Saúde	136492-1	26/09/2010 23/01/2011	Inicial
778/2010	Sirley Rufina Ferreira de Carvalho - Agente Administrativo - Secretaria Municipal de Administração	114073-1	13/10/2010 12/02/2011	Inicial
779/2010	Heloiza Helena Oliveira da Silva - Auxiliar de Serviços Diversos - Secretaria Municipal de Saúde	112844-1	01/10/2010 28/01/2011	Inicial
780/2010	Alessandra Aline Blank Angeli - Agente Administrativo - Secretaria Municipal de Saúde	169617-1	29/09/2010 26/01/2011	Inicial

Artigo 2º - Estabelecer, de acordo com artigo 3º; artigo 28, parágrafo 4º; artigo 29; parágrafos 1º a 4º; artigo 36, parágrafo único da Lei Municipal nº 4.614 de 25 de agosto de 2005 e Laudos Médicos Periciais;

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao respectivo início dos períodos de abrangências especificados no quadro demonstrativo acima, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Rondonópolis(MT), 18 de novembro de 2010.

JOSEMAR RAMIRO E SILVA
Diretor Executivo

Edson Wander Pina da Silva
Gerente de Benefícios Previdenciários

Lindinalva Alves da Silva
Gerente de Administração e Finanças

Registrada neste Instituto e publicada por afixação no lugar público de costume e no Diário Oficial do Município, na data supra



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES DE RONDONÓPOLIS-MT

I.M.P.R.O

PORTARIA N° 803/2010, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA.

JOSEMAR RAMIRO E SILVA, Diretor Executivo - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Rondonópolis - IMPRO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Municipal n° 4.614, de 25/08/2005, publicada no Diário Oficial de Rondonópolis - DIORONDON aos 31/08/2005.

RESOLVE:

Artigo 1° - Conceder o benefício de Auxílio-Doença, aos servidores abaixo relacionados, com os direitos a eles inerentes:

Processo	Nome/Secretaria	Matrícula	Período	Situação
776/2010	Marlene Braz da Silva – Auxiliar de Serviços Diversos – Secretaria Municipal de Administração	115797-1	09/11/2010 23/11/2010	Inicial
732/2010	Beatriz Antonieta Lopes Salomão – Agente Administrativo – Secretaria Municipal de Receita	50024-1	05/10/2010 03/12/2010	Prorrogação
775/2010	Madson José Pereira Guimarães – Fiscal de Tributos – Secretaria Municipal de Receita	93106-2	28/11/2010 26/01/2011	Inicial
683/2010	Orozino Roberto dos Santos – Agente de Fiscalização de Transporte – Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Desenvolvimento Urbano	12912-1	26/10/2010 23/01/2011	Prorrogação

Artigo 2° - Estabelecer, de acordo com artigo 17, parágrafo 2°; artigo 18, parágrafos 1°, 2°, 3°; artigo 19; artigo 20; artigo 21; artigo 36, parágrafo único e artigo 53 da Lei Municipal n° 4.614, de 25 de agosto de 2005 e Laudos Médicos Periciais;

Artigo 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos aos respectivos inícios dos períodos de abrangências especificados no quadro demonstrativo acima, revogando-se as disposições em contrário;

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Rondonópolis (MT), 18 de novembro de 2010.

JOSEMAR RAMIRO E SILVA
Diretor Executivo

Edson Wander Pina da Silva
Gerente de Benefícios Previdenciários

Lindinalva Alves da Silva
Gerente de Administração e Finanças

Registrada neste Instituto e publicada por afixação no lugar público de costume e no Diário Oficial do Município, na data supra

Edital

ERRATA N° 01 DO EDITAL 002-2010

O Instituto de Assistência a Saúde dos Servidores Públicos Municipais de Rondonópolis - MT – SERV SAÚDE, torna público a retificação do Edital 002-2010.


Errata;

Onde se lê:

CARTA CONVITE N.º 003/2010

Leia-se

CARTA CONVITE N.º 002/2010


LEONALDO FERREIRA DO NASCIMENTO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

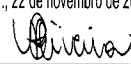
Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO.
PREGÃO PRESENCIAL N° 88/2010.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, n.º 526, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT., através da Pregoeira e Equipe de Apoio, realizará a **licitação em epígrafe às 08:30 horas do dia 03 de dezembro de 2010**, na sala de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.ºs 01 e 02, contendo: proposta comercial e documentos de habilitação, respectivamente, para o seguinte objeto: Contratação de empresa especializada para prestar os serviços de segurança, divulgação e fornecimento de equipamentos e materiais durante a realização da 2ª Feira do Caminhoneiro – Exposição e Negócios, que acontecerá nas dependências do Aldo Posto Locatelli localizado na BR 163 KM 119, em parceria com esta Prefeitura e demais eventos promovidos pela Secretaria de Ação Social, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – Itens do Pregão, Formulário Padrão da PMR.

Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico www.rondonopolis.mt.gov.br opção: Licitação, ou no endereço acima citado, horário das 13:00 às 18:00 horas, telefone para contato (66) 3411-5738, Departamento de Compras/Licitação.

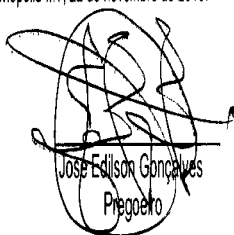
Rondonópolis-MT., 22 de novembro de 2010.


Adriana Portela de Oliveira
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA.
PREGÃO PRESENCIAL N.º 81/2010.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS**, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, n.º 526, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, que a **licitação em epígrafe programada para às 16:00 horas do dia 12 de novembro de 2010**, na sala de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, **FICOU DESERTA**, ou seja não acudiram empresas interessadas em participar da mesma, cujo objeto é aquisição de automóvel destinado a atender a Secretaria de Promoção e Assistência Social, conforme quantidades e especificações constantes do **Anexo I – Itens do Pregão, Formulário Padrão da PMR**.

Rondonópolis-MT, 22 de novembro de 2010.


José Edilson Gonçalves
Pregoeiro

Em

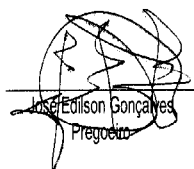
branco

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 84/2010.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS**, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, em licitação na modalidade supracitada, realizada no dia 19/11/2010 às 08:30 horas, na Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura, tendo como objeto: Aquisição de mobiliário, equipamentos de informática e outros destinados a atender as Secretarias deste município, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – Itens do Pregão, Formulário Padrão da PMR. Que:

Lotes	Licitante Vencedor
01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14	DESERTOS
15	FRACASSADO

Rondonópolis-MT, 22 de Novembro de 2010.


José Edilson Gonçalves
Pregoeiro